



ICCR 135 S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
ICCR 135 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ICCR 135 S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a



ICCR 135 S.A.

Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



ICCR 135 S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 6 de março de 2026

A handwritten signature in grey ink that reads 'PricewaterhouseCoopers'. The signature is written in a cursive, flowing style.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Mairkon Strangueti Nogueira
Contador CRC 1SP255830/O-3

ICCR 135 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Em Reais

ATIVO

CIRCULANTE	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.587.954	3.165.401
Contas a receber	5	-	62.507.242
Estoques	6	161	727.627
Adiantamentos a terceiros	7	4.200	740.070
Impostos a recuperar	7	428.719	2.162.870
Despesas antecipadas		-	15.380
Total do circulante		10.021.034	69.318.589
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:			
Depósitos judiciais	8	579.673	897.573
Impostos diferidos	8	466.306	341.288
Imobilizado	9	-	1.761.706
Ativos de direito de uso	10	-	1.411.940
Total do não circulante		1.045.979	4.412.507
TOTAL DO ATIVO		11.067.013	73.731.096

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

ICCR 135 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Em Reais

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO

CIRCULANTE	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores	11	1.824.996	15.615.442
Partes relacionadas	12	-	5.648.344
Adiantamento	12	388.226	-
Arrendamento	10	-	787.808
Obrigações trabalhistas	13	51.717	6.963.777
Obrigações tributárias	14	29.760	3.571.151
Total do circulante		2.294.699	32.586.522
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	11	5.632.088	6.241.374
Impostos diferidos	8	-	634
Provisões Contingências	15	1.362.636	-
Arrendamento	10	-	712.371
Total do não circulante		6.994.725	6.954.379
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social subscrito		1.000.000	1.000.000
Capital social integralizado		1.000.000	1.000.000
Reservas de lucros		200.000	200.000
Lucros à disposição da assembleia		577.589	32.990.195
Total do patrimônio líquido		1.777.589	34.190.195
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.067.013	73.731.096

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

ICCR 135 S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025****DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**

Em Reais

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	17	<u>55.380.692</u>	<u>296.796.713</u>
Custo dos serviços prestados	18	(32.038.683)	(217.420.077)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		<u>23.342.009</u>	<u>79.376.636</u>
Despesas gerais e administrativas	19	(10.437.271)	(48.101.663)
Outras receitas e despesas, líquidas	20	(843.774)	1.341.748
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		<u>12.060.965</u>	<u>32.616.721</u>
Resultado financeiro líquido	21	(1.198.272)	1.380.113
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IRPJ E DA CSL		<u>10.862.693</u>	<u>33.996.834</u>
IRPJ e CSL - correntes	22	(3.736.779)	(11.122.274)
IRPJ e CSL - diferidos	22	125.652	(281.182)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>7.251.566</u>	<u>22.593.378</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

ICCR 135 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Em Reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.251.566	22.593.378
Outros Resultados Abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	7.251.566	22.593.378

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

ICCR 135 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

	<u>Nota</u>	RESERVA DE LUCROS				TOTAL
		CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	LUCROS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA	LUCROS ACUMULADOS	
SALDO EM 31/12/2023	16	1.000.000	200.000	26.469.663	-	27.669.663
Lucro líquido do exercício		-	-	-	22.593.377	22.593.377
Destinação do resultado:						
- Dividendos mínimos obrigatórios	16.c	-	-	-	(5.648.344)	(5.648.344)
- Dividendos complementares distribuídos e pagos ano anterior	16.c	-	-	(10.424.501)	-	(10.424.501)
- Retenção para reserva de lucros	16.d	-	-	16.945.033	(16.945.033)	-
SALDO EM 31/12/2024		1.000.000	200.000	32.990.195	-	34.190.195
Lucro líquido do exercício					7.251.566	7.251.566
Destinação do resultado:						
- Adiantamento de Dividendos	16.e	-	-	-	(6.673.977)	(6.673.977)
- Dividendos complementares distribuídos e pagos ano anterior	16.c	-	-	(32.990.195)	-	(32.990.195)
- Lucro à disposição da Assembleia	16.d	-	-	577.589	(577.589)	-
SALDO EM 31/12/2025		1.000.000	200.000	577.589	-	1.777.589

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

ICCR 135 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
Em Reais

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		10.862.693	33.996.833
Juros de arrendamento		48.815	216.152
(+) Depreciações	9 e 10	(1.200.304)	5.980.224
Total do lucro líquido ajustado		9.711.203	40.193.210
Variação do ativo			
Contas a receber	5	62.507.242	(45.624.043)
Estoques	6	727.466	676.781
Adiantamentos a terceiros	7	735.870	(387.937)
Impostos a recuperar		1.734.151	(2.126.527)
Despesas antecipadas	7	15.380	568.157
Depósitos judiciais	8	317.900	(34.132)
Total da variação do ativo		66.038.008	(46.927.699)
Variação do passivo			
Fornecedores	11	(14.577.112)	(6.881.358)
Partes relacionadas		(5.648.344)	-
Arrendamento mercantil	10	-	515.969
Adiantamentos		388.226	-
Obrigações trabalhistas	13	(6.912.060)	138.999
Obrigações tributárias	14	(3.541.391)	(515.020)
Total da variação do passivo		(30.290.681)	(6.741.410)
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		45.458.531	(13.475.899)
Imposto de renda e contribuição pagos	22	(3.611.127)	(11.403.456)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		41.847.404	(24.879.355)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
(-) Aquisição de imobilizado	9 e 10	(513.042)	(17.475.767)
(+) Vendas de imobilizado	9 e 10	4.886.991	49.202.052
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento		4.373.950	31.726.285
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital social	16	-	-
Pagamento de arrendamento mercantil	10	(1.160.262)	(549.143)
Pagamento de dividendos		(38.638.539)	(17.956.290)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento		(39.798.801)	(18.505.433)
Variação em caixa e equivalentes de caixa		6.422.553	(11.658.502)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.165.401	14.823.903
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		9.587.954	3.165.401
Variação em caixa e equivalentes de caixa		6.422.553	(11.658.502)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

ICCR 135 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ICCR 135 S.A. (Companhia), com sede em Curvelo-MG, foi constituída em 30 de setembro de 2022. É uma sociedade com propósito específico, que tem por objeto social o exercício das atividades necessárias à execução do contrato celebrado com a ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A. (“Eco135”), ITINERA CONSTRUÇÕES LTDA e CRASA INFRAESTRUTURA S.A., para fins da execução de obras e serviços de melhorias operacionais, ampliação da capacidade e reforço estrutural nas Rodovias BR135/MG, MG231/MG e LMG754/MG.

A ITINERA CONSTRUÇÕES LTDA, é controlada pela Itinera SPA, com Sede na Itália e ambas são parte do Grupo ASTM, e detém o controle da Companhia com 50,01% do Capital Social. (Nota Explicativa 16)

O contrato principal foi celebrado em 10 de junho de 2021, entre a Contratante e a ITINERA CONSTRUÇÕES LTDA (“ITINERA”), tendo a CRASA INFRAESTRUTURA S.A. (“Crasa”), como interveniente anuente. Através do contrato, ITINERA e Crasa acordaram o compromisso de constituir a SPE para assumir as obrigações contratuais e execução do escopo do contrato, o que foi realizado em 24 de novembro de 2022 através da celebração do Termo de Cessão e Transferência de Direitos e Obrigações do Contrato, A conclusão das obras ocorreu em 2025, porém, a ICCR realizará a desmobilização, bem como a gestão das atividades acessórias finais e não tem expectativa de encerrar formalmente dentro do ano de 2026 ou 2027.

Na data de 01 de dezembro de 2022, conforme Laudo de Avaliação, houve integralização ao Capital Social da Companhia, pela acionista ITINERA Construções Ltda., de R\$ 249.261,43 oriundo de acervo líquido formado por determinados Ativos e Passivos em 30 de novembro de 2022, todos destinados à operação da Companhia. Até a presente data, a receita contratual executada foi de R\$ 25.562.986 em 2021 e R\$ 209.139.253 em 2022, R\$ 355.365.152 em 2023 R\$ 358.642.697 em 2024 e 55.380.692 em 2025 totalizando R\$ 1.004.090.780

A Eco135 é habilitada no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura criado pela Lei 11.488/2007, que consiste na suspensão das contribuições ao PIS e a COFINS sobre aquisições destinadas ao seu ativo imobilizado. Desta forma as receitas de prestação de serviços realizadas pela Companhia à Eco 135 são suspensas de PIS e COFINS.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia em 06 de março de 2026, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações contábeis, quando requeridos.

a. REFORMA TRIBUTÁRIA SOBRE CONSUMO

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma, e sancionada pela presidência da República em 16 de janeiro de 2025, pela Lei Complementar (“LC”) 214/2025.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025

partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025 e a Companhia não obteve bases para estimar seus efeitos para 2026 em diante.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira sistemática pela Companhia e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas.

As principais políticas contábeis materiais descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais políticas contábeis materiais adotadas na elaboração das demonstrações é o seguinte:

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Contas a receber

Estão apresentadas a valores de realização. Estão também incluídos os valores ainda não faturados até a data do balanço em decorrência do contrato de construção, cujos valores são determinados pela progressão física dos projetos, descontados os valores recebidos antes da realização dos correspondentes serviços conforme cláusula contratual, os respectivos impostos diretos e de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. São registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos, ajustadas a valor presente, quando aplicável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025

Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio de aquisição, estão líquidos de impostos recuperáveis e não superam os preços de mercado.

Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização sendo que, quando aplicável, são acrescidos de rendimentos e variações monetárias auferidos até as datas dos balanços. A Companhia reconhece os ativos quando o recurso é controlado por ela, oriundo de eventos passados, que provavelmente irão gerar um benefício econômico futuro.

Imobilizado

Os bens do Imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos dos impostos recuperáveis e da depreciação acumulada.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método das quotas constantes. As taxas anuais de depreciação conforme mencionadas abaixo e pelas horas trabalhadas de equipamentos pesados:

Contas	%
Máquinas e equipamentos	10%
Equipamentos de informática	20%
Móveis e utensílios	10%

De acordo com a política da empresa, as taxas de depreciação de máquinas e equipamentos cujos equipamentos apresentem representatividade nos saldos contábeis serão revisadas anualmente.

Arrendamento

Com base nas disposições do CPC 06, os contratos de arrendamento a pagar (que não constituem a prestação de serviços) são contabilizados pela imputação de um passivo financeiro à posição patrimonial-financeira, representado pelo valor presente dos futuros pagamentos de arrendamento, contra a publicação do direito de utilização do ativo arrendado nos ativos.

O CPC 06 introduz o conceito de "direito de utilização", que determina - independentemente da forma contratual - a obrigação de lançar o direito de utilização nos ativos do balanço com o correspondente a pagar pelo valor presente dos futuros pagamentos de arrendamento como uma contra rubrica no passivo.

Os ativos e passivos são lançados pelo valor corrente dos pagamentos de arrendamento contratualmente devidos, tendo em conta qualquer opção de extensão/resolução sempre que exista uma certeza razoável de a exercer/não exercer.

A parte da amortização e depreciação do direito de utilização lançada nos ativos e a despesa com juros provenientes dos passivos financeiros da locação são reconhecidas na demonstração dos resultados ao custo amortizado.

Para os contratos que expiram no prazo de 12 meses (arrendamentos de curto prazo) e os contratos para os quais os ativos subjacentes estão configurados como ativos de baixo valor (ou seja, os ativos da locação financeira que não excedem o valor de EUR 5.000 quando novos), a introdução da IFRS 16 não resulta no reconhecimento da responsabilidade financeira da locação financeira e do direito de utilização conexo, mas os pagamentos de arrendamento são lançados na demonstração de resultados numa base linear durante a duração dos respetivos contratos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025

Impairment

A Cia. entende que os valores apresentados, estão sujeitos ao Pronunciamento Técnico 1 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01-R1) concernentes à divulgação do teste de recuperabilidade de ativos (impairment), especificadamente nos ativos intangíveis e imobilizados.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento.

A avaliação dos instrumentos financeiros é determinada:

- (a) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e
- (b) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso de aplicações a serem mantidas até o vencimento.

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações contábeis pelo seu valor contábil são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, sendo que, quando aplicável, são acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. A Companhia reconhece um passivo quando existe a obrigação legal na data do balanço, que vai proporcionar uma saída de caixa ou equivalente.

Atualização monetária e ajustes a valor presente de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente nos resultados dos exercícios a que se referem.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários relevantes de curto prazo e os de longo prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis da Companhia tomadas em seu todo. Calcula-se esse ajuste com base nos fluxos de caixa previstos e respectivas taxas de juros.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

As bases de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foram determinadas conforme o regime de tributação de lucro real anual. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela anual excedente a R\$ 240.000. A contribuição social foi calculada à razão de 9% sobre o lucro tributável. Os tributos diferidos foram calculados sobre arrendamentos.

Provisões para contingências

Provisões são constituídas, conforme necessidade, para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Reconhecimento da receita

O reconhecimento da receita é realizado de acordo com o estágio de execução do contrato, usualmente denominado como método da porcentagem completada – POC (por esse método, a receita contratual é reconhecida com base no avanço financeiro do serviço contratado. Esse método proporciona informação útil sobre a extensão da atividade e do desempenho contratual ao longo do período). A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, os reajustes, as reclamações e os pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja praticamente certo que resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

Os custos de cada contrato são reconhecidos como resultado no período em que são incorridos, a menos que determinem um ativo relacionado à atividade de contrato futuro. A Companhia atua como principal em seus contratos, executando os serviços de compras de materiais e equipamentos (incluindo a modalidade de faturamento direto), conforme contratos estabelecidos

ICCR 135 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025

com seus clientes. O controle de bens e serviços é de responsabilidade da Companhia no desempenho do contrato.

Quando o resultado de um contrato de prestação de serviço de construção não pode ser estimado em confiabilidade, sua receita é reconhecida até o momento dos custos incorridos desde que sua recuperação seja provável. Se for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato (caracterizando um contrato oneroso) a perda referente ao excedente entre a receita contratada e o custo total estimado é reconhecida imediatamente no resultado do exercício na rubrica "Custos das Atividades Operacionais", com contrapartida na rubrica de "Passivo".

As demais receitas são reconhecidas quando incorridas e/ou realizadas de acordo com o regime de competência.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social referem-se ao orçamento da obra, valores contratados e mensuração de evolução do projeto, que impactam diretamente o reconhecimento de receita.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa	284	55.785
Aplicações financeiras	9.587.670	3.109.616
Total	<u>9.587.954</u>	<u>3.165.401</u>

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por renda fixa, CDB-Certificado de Depósito Bancário, com mercado de liquidez de curto prazo e estão sujeitas às conversões imediatas em dinheiro por valores conhecidos e riscos reduzidos de mudanças de valor.

Em 31 de dezembro de 2025, os rendimentos estão vinculados à taxa média de 96,50% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 31 de dezembro de 2024, os rendimentos estão vinculados à taxa média de 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. CONTAS A RECEBER

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Faturas e títulos a receber	-	62.507.242
Total	<u>-</u>	<u>62.507.242</u>

Representam valores a receber provenientes de faturas emitidas e de medições de serviços realizados ainda não faturados.

ICCR 135 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025

O saldo de Adiantamento de Clientes em 2024 foi compensado com os saldos do grupo de Clientes, conforme abaixo.

	2025	2024
Faturas e títulos a receber	-	24.099.401
Serviços executados a faturar	-	70.863.921
Adiantamento de clientes	-	(32.456.080)
Total	-	62.507.242

6. ESTOQUES

	2025	2024
Manufaturados e semiacabados	-	12.868
Materiais de consumo	161	714.759
Total	161	727.627

7. ADIANTAMENTOS A TERCEIROS E IMPOSTOS A RECUPERAR

	2025	2024
Adiantamentos a fornecedores	4.200	740.070
Total	4.200	740.070

	2025	2024
INSS a recuperar	-	2.134.120
Imposto de renda a recuperar (a)	428.719	28.750
	428.719	2.162.870

(a) Corresponde a créditos de Imposto de Renda retido na fonte por Instituição Financeira e Saldo de IRPJ e CSLL negativos.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2025	2024
Depósitos Judiciais	579.673	451.329
Imposto Diferidos (a)	466.306	446.244
Total	1.045.979	897.573

(a) IMPOSTOS DIFERIDOS

Os saldos dos impostos diferidos se referem aos montantes adicionados no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR oriundos de despesas de contratos com arrendamento de Imóveis de longo prazo, e valor global acima de cinco mil euros em atendimento ao IFRS 16 – Arrendamentos, assim como das provisões aplicadas sobre os valores de Contingências Trabalhistas que será realizada conforme a finalização do Projeto.

ICCR 135 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025

	2025	2024
IRPJ diferido	342.872	250.947
CSLL diferida	123.434	90.341
Total	466.306	341.288

9. IMOBILIZADO

	2025			2024
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	-	-	-	1.428.635
Equipamentos de informática	-	-	-	91.532
Móveis e utensílios	-	-	-	241.539
Total	-	-	-	1.761.706

A depreciação é calculada às seguintes taxas anuais e pelas horas trabalhadas de equipamentos pesados:

Contas	%
Máquinas e equipamentos	10%
Equipamentos de informática	20%
Móveis e utensílios	10%

A movimentação das contas do imobilizado (custo e depreciação) nos exercícios de 2024 e 2025 é apresentada a seguir:

Custos	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Saldo em 2025
Máquinas e equipamentos	1.764.313	-	(1.764.313)	-
Equipamentos de informática	124.320	-	(124.320)	-
Móveis e utensílios	285.599	-	(285.599)	-
	2.174.231	-	(2.174.231)	-
Depreciação acumulada				
Máquinas e equipamentos	(335.678)	-	335.678	-
Equipamentos de informática	(32.787)	-	32.787	-
Móveis e utensílios	(44.060)	-	44.060	-
Total	(412.525)	-	412.525	-
Total geral	1.761.706		(1.761.706)	-

A conclusão de construção do contrato administrado por esta essa SPE encerrou no 1º semestre de 2025. Os ativos imobilizados adquiridos foram vendidos na grande maioria para outras empresas pertencentes ao acionista controlador para uso em outras atividades pelo valor de livros.

ICCR 135 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025

10. ARRENDAMENTO/DIREITO DE USO DE IMOVEIS

Direito de uso	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Saldo em 2025
Imóveis	2.199.720	513.041	(2.712.761)	-
Total	2.199.720	513.041	(2.712.761)	-
Depreciação Direito de uso				
Imóveis	(787.779)	1.049.863	(262.083)	-
Total	(787.779)	(1.049.863)	(262.083)	-
Total geral	1.411.941	1.562.904	(2.974.844)	-

10.1 Passivo de arrendamento

	Movimentação 2025	Movimentação 2024
Arrendamento no início do exercício	1.500.179	1.317.201
Adição (Baixa)	(1.160.262)	515.969
Pagamento	(388.732)	(549.143)
Juros provisionados	48.815	216.152
Arrendamento ao final do exercício	-	1.500.179
Circulante	-	787.808
Não Circulante	-	712.371
	-	1.500.179

11. FORNECEDORES

	2025	2024
Fornecedores	5.679.306	21.856.816
Provisão de fornecedores	1.777.778	9.858.080
Total	7.457.084	15.615.442

Segregação Circulante e Não Circulante

Circulante	1.824.996	15.615.442
Não circulante	5.632.088	6.241.374
Total	7.457.084	21.856.816

O saldo de provisão de fornecedores se refere às medições já realizadas, cuja Companhia está aguardando a emissão da nota fiscal.

ICCR 135 S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025****12. PARTES RELACIONADAS**

Os saldos em 31 de dezembro de 2025, se referem aos valores a pagar para os acionistas.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Dividendos a pagar		
ITINERA Construções Ltda.	-	2.824.737
Crasa Infraestrutura S.A.	-	2.823.607
	<u>-</u>	<u>5.648.344</u>

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Contas a receber de partes relacionadas		
Eco 135	-	94.963.322
	<u>-</u>	<u>94.963.322</u>

Adiantamentos a pagar de partes relacionadas		
Eco 135	388.226	32.456.080
	<u>388.226</u>	<u>32.456.080</u>
Total	<u>388.226</u>	<u>62.507.242</u>

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
INSS sobre folha	-	1.224.451
FGTS sobre folha	1.626	1.657.702
IRRF sobre folha	-	428.928
Contribuição sindical	-	22.155
Provisão de férias e encargos	50.092	2.723.068
Participação no Resultado (PPR)	-	906.696
Rescisões a Pagar	-	503
Pensão Alimentícia	-	274
Total	<u>51.718</u>	<u>6.963.777</u>

ICCR 135 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2025	2024
IRPJ a pagar	-	416.144
CSL a pagar	-	161.372
ISS a pagar	-	2.472.403
PIS a pagar	743	17.950
COFINS a pagar	4.575	84.339
IRRF terceiros	1.793	11.610
ISS terceiros	8.702	229.649
INSS terceiros	11.168	168.722
Pis/Cofins/Csll terceiros	2.780	9.596
Total	29.760	3.571.785

Segregação Circulante e Não Circulante

Circulante	29.760	3.571.151
Não circulante	-	634
Total	29.760	3.571.785

Os saldos informados no grupo do não circulante em 2024, se referem a impostos diferidos, sendo o IRPJ (25%) e CSLL (9%) calculados sobre o arrendamento mercantil registrado no resultado.

15. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos pendentes na esfera judicial, de natureza trabalhista e Cível, em fase de julgamento, decorrente da execução do “Contrato Principal”. Considerando o posicionamento de seus advogados a Companhia possui 90 processos trabalhistas com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 8.211.441 a qual a Companhia decidiu em contingenciar o valor R\$ 1.362.636. A Companhia não possui processo com probabilidade de perda provável.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional e em bens e direitos, é de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais), representado por 10.000 (dez mi) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme a seguir:

	Capital subscrito	Quantidade de ações	(%) participação
ITINERA Construções Ltda.	500.100	5.001	50,01
Crasa Infraestrutura S.A.	499.900	4.999	49,99
Total	1.000.000	10.000	100

ICCR 135 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025

b. Reserva legal

A reserva legal foi constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não excedeu a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social.

c. Dividendos

A política de distribuição de dividendos é de no mínimo 25%, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. Em 2025, será distribuído o valor de R\$ 1.812.892 referente ao mínimo de 25%, adicionalmente foi distribuído o valor de R\$ 38.638.539, sendo R\$ 22.593.377 de 2024 e R\$ 16.045.151 de anos anteriores, conforme ata da assembleia geral extraordinária realizada em 27 de fevereiro de 2025.

d. Lucros à disposição da assembleia

Representada pelos lucros remanescentes (lucro após a constituição da reserva legal e dividendos) a previsão de distribuição do saldo do exercício de 2025 dar-se-á, sempre que possível, durante o exercício de 2026.

e. Adiantamento de Dividendos

Conforme as Atas da Assembleia Geral Extraordinária realizadas nos dias de 11 de abril de 2025; 10 de junho de 2025 e 14 de agosto de 2025, foi distribuído como adiantamento de dividendos parcial do exercício de 2025 o valor de R\$ 6.673.977.

17. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita de execução de obras	56.445.050	304.259.067
Total da receita bruta	56.445.050	304.259.067
(-) ISS	(1.064.358)	(7.462.354)
Receita operacional líquida	55.380.692	296.796.713

18. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRETADOS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Mão de obra e Encargos Diretos	3.523.489	64.475.018
Materiais de Consumo Direto	5.598.510	21.436.446
Locação de equipamentos	7.091.803	48.820.911
Fretes e carretos	71.45	2.637.305
Serviços de subempreiteiros	12.169.655	57.045.108
Serviços de consultoria técnica	1.154	4.899.450
Serviços de manutenção	1.122.565	3.444.654
Serviços de vigilância	681.321	4.392.092
Serviços de coleta e transporte de resíduos	667.476	1.149.424
Depreciação	-	4.321.181
Transporte de Pessoal	-	4.798.489
Alimentação	773.118	-
Outros Custos	338.185	4.798.489
Total	32.038.683	217.420.077

ICCR 135 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Mão de obra e encargos	4.537.242	22.836.149
Materiais Variados de Consumo	1.049.336	10.048.203
Despesas com viagens	346.267	1.781.032
Transporte pessoal	1.450.336	8.059.566
Depreciação e amortização	270.166	1.659.044
Locação de imóveis	563.580	1.077.328
Telefone, internet, energia, água e gás	738.469	1.509.755
Outras	990.207	1.130.586
Total	<u>10.437.271</u>	<u>48.101.663</u>

20. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

O valor de R\$ 843.774 refere-se substancialmente às vendas de Materiais e Sucatas, que a Companhia está sujeita no curso normal do negócio. (R\$ 1.341.748 em 2024).

21. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Aplicações financeiras	2.260.861	2.144.138
Correção Monetária de Garantia	13.491	17.891
Receita Financeira Arrendamentos IFRS16	54.526	5.703
	<u>2.328.878</u>	<u>2.167.732</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Multas Penalidades Contratuais	(1.071.308)	(491.924)
Juros e encargos c/Fornecedores	(8.691)	(59.850)
Tarifas Bancária	(133)	(4.336)
Juros e Multas Impostos	(1.649)	(15.357)
Outros Encargos Financeiro	(10)	
Juros Arrendamentos IFRS16	(48.815)	(216.152)
Total das despesas financeiras	<u>(1.130.606)</u>	<u>(787.619)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>1.198.272</u>	<u>1.380.113</u>

O valor de R\$ 1.071.308 refere-se à descontos financeiros referentes a Multas e Penalidades contratuais.

ICCR 135 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Impostos correntes		
Imposto de renda	2.723.396	8.118.787
Contribuição social sobre o lucro	1.013.384	3.003.487
	<u>3.736.780</u>	<u>11.122.274</u>
Impostos diferidos		
Imposto de renda	92.559	206.751
Contribuição social sobre o lucro	33.092	74.431
	<u>125.651</u>	<u>281.182</u>
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>3.611.129</u>	<u>11.403.456</u>
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro antes do IRPJ e CSLL	10.862.693	33.996.834
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto calculado com base nas alíquotas nominais	3.693.316	11.558.923
Demonstrativo da origem de despesa de impostos efetivos		
Adições/Exclusões	397.125	(624.755)
(-) Benefício PAT	(67.559)	(200.232)
	<u>4.022.881</u>	<u>10.733.936</u>
Alíquota efetiva	37,03%	31,57%

23. INSTRUMENTOS FINANCEIRO

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	9.587.954	3.165.401
Contas a receber	-	62.507.242
Adiantamentos a terceiros	4.200	740.070
Total	<u>9.592.154</u>	<u>66.412.713</u>
<u>Passivos financeiros</u>		
Fornecedores	1.824.996	15.615.442
Arrendamentos	-	787.808
Total	<u>1.824.996</u>	<u>16.403.250</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía nenhuma transação em aberto envolvendo instrumentos financeiros complexos (derivativos). As transações financeiras ocorridas entre ativos e passivos usuais são pertinentes às suas atividades econômicas, envolvendo particularmente aplicações financeiras, contas a receber e a pagar com vencimento de curto prazo. Esses instrumentos, devido à sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados nos balanços patrimoniais próximos aos valores de mercado.

24. GESTÃO DE RISCOS

Os riscos de mercado são aqueles decorrentes da evolução dos custos de operação que compõem a própria formação dos preços. A Companhia, através de seus departamentos técnico e de planejamento, analisa os projetos, aplicando a sua experiência na formação de preços. No caso de surgimento de distorções que afetem o disposto originalmente nos projetos, a diretoria da Companhia procura, através de negociação direta com seus clientes, restaurar o equilíbrio econômico-financeiro das operações.

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

Os cálculos e recolhimentos de impostos, contribuições sociais e encargos previdenciários devidos pela Companhia estão sujeitos à revisão pelos órgãos responsáveis por sua fiscalização dentro dos prazos legais de prescrição e possíveis mudanças na legislação tributária vigente.

26. SEGUROS CONTRATADOS

A diretoria da Companhia adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela diretoria e agentes seguradores para fazer face a ocorrências de sinistros, em 2025 não teve contratação.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. ÔNUS, AVAIS E GARANTIAS

A Companhia não possui ônus relevantes, tampouco é garantidora de aval junto a instituições financeiras em benefício de outras sociedades.